

IX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Estudios Socioculturales del

Deporte (ALESDE)

**Deportes, prácticas democráticas y sociedad: nuevas encrucijadas y desafíos en las
tramas regionales**

La importancia de las políticas públicas de incentivo y promoción para el desarrollo del deporte de las mujeres Paratletas en Brasil: un análisis basado en la cantidad de atletas participantes en los Juegos Paralímpicos.

A importância das Políticas Públicas de incentivo e fomento para o desenvolvimento do esporte de mulheres paratletas no Brasil: uma análise a partir do quantitativo de atletas participantes das Paralimpíadas.

Eje: Deporte, cuerpo y género

Autores/as:

Silva, Ana Carolina Felizardo da:

Universidade Estadual de Maringá (UEM), Brasil, ra115445@uem.br

Lima, Guilherme Chicarelle:

Universidade Estadual de Maringá (UEM), Brasil, mergulheiz@gmail.com

Silva, Gabriela Maximo Braz da:

Universidade Estadual de Maringá (UEM), Brasil, gabrielamaximobs@gmail.com

Resumen:

O Esporte Paralímpico inicialmente em 1960 na primeira edição, praticado pelo sexo masculino, conforme registros encontrados em fontes oficiais teve uma defasagem de 24 anos sem participação de mulheres. Contudo, nossa investigação buscou evidenciar a partir da primeira aparição das esportistas na competição, o quantitativo de mulheres até a última edição realizada das Paralimpíadas e como as políticas públicas influenciam no seguimento da participação de mais mulheres no esporte. Para isso, analisamos documentos disponíveis em sites oficiais, como o Comitê Paralímpico Internacional e o Comitê Paralímpico Brasileiro, a fim de compreender a trajetória da participação das mulheres nos Jogos Paralímpicos. A partir dos resultados obtidos, encontramos um quantitativo de mulheres participantes bem abaixo dos homens, tanto no cenário mundial quanto no nacional. A defasagem dos anos em que as mulheres não participaram da competição, reflete o baixo número, ao se comparado aos homens. No cenário mundial,

elas representam aproximadamente 31% da participação total de todas as edições dos Jogos, enquanto os homens detêm aproximadamente 69% da participação total das edições até a última realizada. Já no cenário brasileiro, as mulheres representam cerca de 30% dos atletas, enquanto os homens se sobressaem com aproximadamente 70% da participação total. Por fim, concluímos que as políticas públicas de fomento e incentivo esportivo como o Programa Bolsa Atleta (PBA), têm surtido efeito em relação ao quadro de medalhistas brasileiras, após a inclusão do programa, o número de medalhas teve um crescimento progressivamente e que percorre até os dias atuais.

Palavras-chave: mulheres no esporte – paralimpíadas – políticas públicas.

1 Introdução

A Constituição da República Federativa do Brasil, estabelece no Art. 217 que: “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um” (Brasil, 1988, art. 217). Ou seja, o esporte é reconhecido como um direito de todos, além de prever o dever do Estado em fomentar práticas esportivas e assegurar o acesso de todos, sem discriminação. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) ampara os sujeitos com algum tipo de deficiência nos seguintes aspectos: define que a pessoa com deficiência tem direito à cultura, *ao esporte*, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas (Brasil, 2015, grifos nossos).

Essa pesquisa abordará alguns aspectos relacionados à participação das mulheres no esporte, destacando as mudanças ao longo do tempo e os desafios enfrentados, articulando com a gênese da pessoa com deficiência (PCD) no esporte Paralímpico, que é caracterizado atualmente pela busca máxima do rendimento esportivo, no que diz respeito ao ponto de vista biofísico, psicológico e sociológico (Benfica, 2012). Os autores Cardoso et al. (2019) destacam que o esporte para pessoas com deficiência cresceu no país e no mundo, surgindo cada vez mais novos adeptos, novas competições, novas modalidades, novas metodologias e um grande interesse científico. Em análise do histórico dessas pessoas na sociedade, anteriormente já foram considerados sub-humanos, seres sobrenaturais de origem divina e/ou demoníaca, isolados em hospitais e hospícios, submetidos a maus tratos, excluídos e considerados ineducáveis (Mendes, 2006).

As Paralimpíadas é um evento esportivo realizado a cada quatro anos para atletas com diferentes graus de deficiência e teve sua primeira edição estruturada, organizada e registrada de acordo com o Comitê Paralímpico Internacional (IPC em inglês) em 1960, na cidade de Roma na Itália. A primeira participação brasileira foi em 1972, e a primeira medalha foi conquistada em 1976, salvo que as primeiras participações brasileiras, foram somente de atletas homens.

O papel das mulheres no esporte tem sido historicamente marcado por desafios e obstáculos, refletindo as normas sociais e as expectativas culturalmente construídas em torno dos papéis de gênero. Ao longo da história, as mulheres tiveram que superar barreiras significativas para conquistar o direito de participar ativamente no cenário esportivo e social. Entretanto, assim como nas mais variadas áreas, ainda há assimetrias socialmente institucionalizadas entre homens e mulheres que podem comprometer negativamente não somente as mulheres, mas qualquer outro grupo estigmatizado (Bourdieu, 2002).

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é analisar por meio da participação das atletas mulheres no esporte Paralímpico a importância do fomento e incentivo públicos para o desenvolvimento de suas carreiras.

2 Metodologia

A presente pesquisa, trata-se de um estudo que utiliza de metodologias que são caracterizadas como quantitativas e qualitativas (Maguire, 2016). Com objetivo de enriquecer e subsidiar as informações e dados coletados, os dois métodos foram usados. Desta forma, a combinação desses métodos, tem como produto as contribuições importantes de ambos, resultando em compreensões mais abrangentes (Gratton; Jones, 2010).

A pesquisa neste estudo é classificada como explicativa (Gil, 2008; Gratton; Jones, 2010). Caracteriza-se em identificar os fatores que contribuem para os fenômenos e examinar as relações causais entre as variáveis (Gil, 2008; Gratton; Jones, 2010). De acordo com Gratton e Jones (2010), essa abordagem é a mais profunda, pois busca entender as razões por trás dos acontecimentos reais.

Para atender a essa proposta foi realizada uma pesquisa documental. Deste modo, foi utilizado para esse estudo a pesquisa documental de registros institucionais, que podem ser encontrados na forma de documentos governamentais, como projetos de lei, decretos, atas, sentenças e documentos registrados. Como documentos não governamentais há relatórios, atas, normativas, registros, entre outros (Gil, 2008). No presente trabalho, utilizou-se de registros não governamentais, sendo encontradas informações oriundas do banco de dados do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) e Comitê Paralímpico Internacional (IPC, *International Paralympic Committee* - em inglês).

3 Quantitativo de Atletas Mulheres nas Paralimpíadas

Neste tópico é importante ressaltar brevemente a trajetória das mulheres na sociedade, para isso abordaremos rapidamente o histórico das mulheres na sociedade em direção a inclusão

social das mesmas em todos âmbitos sociais, posteriormente, elencamos o quantitativo de atletas participantes das 16 edições de Jogos Paralímpicos.

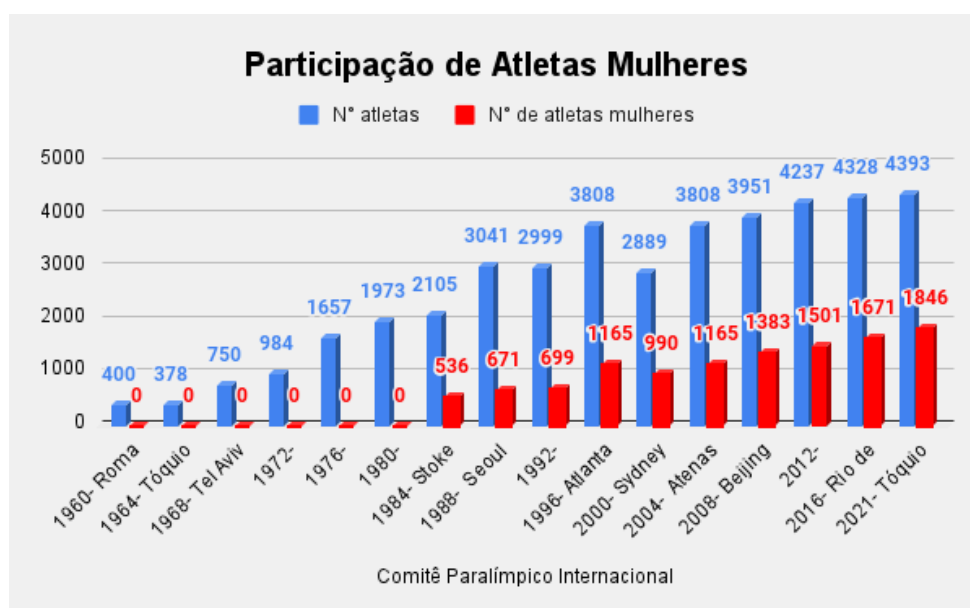
O papel da mulher nos séculos passados era sempre associado a ser mãe, sexo frágil, corpo para procriar, e isso fez com que as mulheres que praticassem algum esporte ou se envolviam em práticas corporais fossem rechaçadas e consideradas vulgares por estar em um ambiente masculinizado que não a pertencia (Goellner, 2001; Moura, 2022). Em consonância com Pereira (2019, p. 48) trás que as práticas esportivas alcançada pelas mulheres foi através de enfrentamento que os movimentos sociais das mulheres desempenharam no século XX e que posteriormente seguiram os movimentos mediante a luta feminista, conquistando mais espaço e direitos para as mulheres.

As Paralímpiadas têm seu início formalmente registrados no site do *IPC* no ano de 1960, sediada na cidade de Roma, na Itália, com a participação de 400 atletas de 23 países, dentre eles, somente homens. Desde então, os Jogos Paralímpicos ocorrem de 4 em 4 anos, tendo a primeira participação de mulheres, na edição de 1984, após 24 anos não participando da competição. Nesta mesma edição, o Brasil teve sua primeira participação de mulheres, o que já resultou em êxito ao país, medalhando pela primeira vez com uma mulher.

Com base no banco de dados contidos no site do *IPC*, elencamos abaixo na **Figura 1** o quantitativo a nível mundial da participação de todas atletas mulheres no decorrer de todas edições das Paralímpiadas realizadas.

Figura 1-

Participação de atletas mulheres



Nota. Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados do Comitê Paralímpico Internacional (IPC).

A partir do exposto, por mais que a participação delas tenha aumentado progressivamente até os dias atuais e de alguma forma mais representativa, ainda o quantitativo é menor em relação à participação de homens no esporte (Bergantin, 2018). O aumento substancial da participação das mulheres a partir da edição de 1996 até a atualidade está relacionado com a luta e conseqüentemente inserção concreta da mulher na sociedade, embora ainda um quantitativo bem abaixo em relação aos homens participantes das Paralimpíadas.

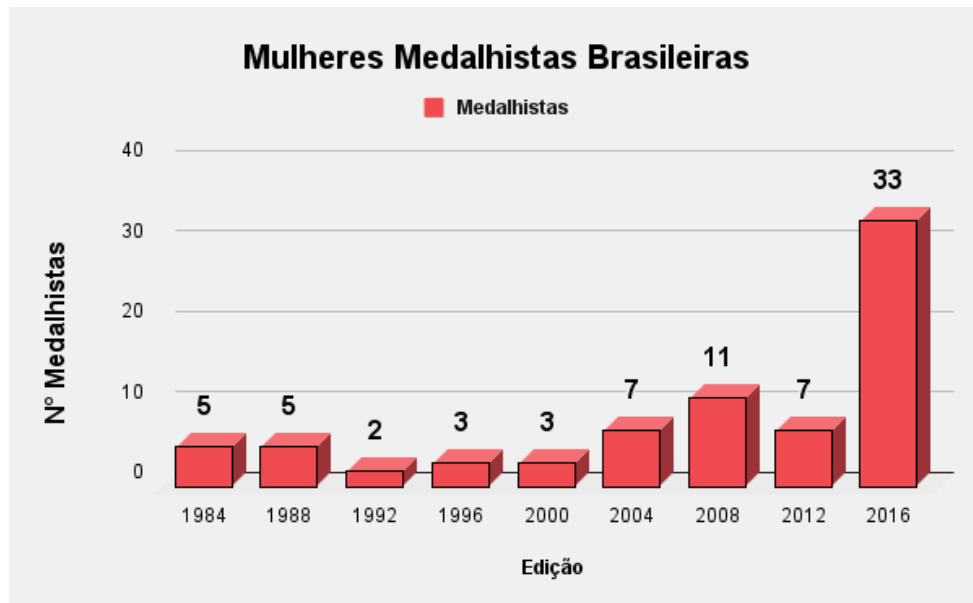
4 Atletas Brasileiras nos Jogos Paralímpicos

Para a elaboração deste tópico específico, traremos dados contidos no site do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) de todas as participantes das edições das Paralimpíadas. A princípio o CPB disponibiliza em seu banco de dados apenas as atletas que foram medalhistas. Contudo, elaboramos na **Figura 2** o quantitativo de medalhistas que tivemos durante cada edição.

Vale ressaltar que o Brasil teve sua primeira aparição em Paralimpíadas em 1972, somente com homens. Adiante, nas edições posteriores, só obteve a participação de atletas homens por parte do Brasil, as mulheres ficando novamente sem competir. A primeira aparição de mulheres brasileiras competindo foi em 1984, como mostra a seguir, as mulheres estiveram presentes durante todas as edições até o atual momento.

Figura 2-

Mulheres Medalhistas Brasileiras



Nota. Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados do CPB.

Vemos o aumento progressivo de medalhistas e participantes nos jogos Paralímpicos, isso é um reflexo de uma construção de fomentos financeiros para o esporte de alto rendimento brasileiro, que vem sendo designado desde 2004 por meio de Leis na esfera federal, que alocam recursos financeiros ao esporte. Conforme Ferreira *et al.* (2018, p.3), argumenta que a política pública engloba o financiamento esportivo:

A partir de 2004, o fomento financeiro ao Esporte de Alto Rendimento realizado historicamente por meio de isenções de taxas, tributos e impostos às próprias entidades esportivas, foi somado a uma série de ações governamentais, principalmente na esfera federal, com destaque aos convênios (Decreto 6.170, de 25 de julho de 2007 e Portaria Interministerial 507, de 24 de novembro), a concessão de bolsas para atletas (Lei 10.892, de 9 de julho de 2004) e, a Lei de Incentivo ao Esporte (11.438, de 29 de dezembro de 2006).

Na edição dos Jogos Paralímpicos de 2016, realizada no Rio de Janeiro, foi notável o significativo aumento no número de medalhas conquistadas em comparação com edições anteriores. Esse aumento expressivo pode ser atribuído ao considerável volume de recursos investidos no que foi chamado de ciclo Paralímpico de 2016 (CPB, 2016). De fato, o investimento financeiro destinado a essa edição foi consideravelmente superior em relação a edições anteriores. Como resultado desse investimento, observamos um aumento significativo no número de medalhas conquistadas, equiparando-se ao desempenho de edições anteriores com maior número de medalhistas, como ocorreu em Pequim 2008.

Em particular, na edição do Rio de Janeiro, o número de medalhas conquistadas pelas mulheres triplicou em comparação com edições anteriores. Esse aumento não se limitou ao

desempenho somente das mulheres, os homens também obtiveram um aumento significativo no número de medalhas conquistadas. Efetivamente, essa foi a edição em que o Brasil alcançou o maior número de subidas ao pódio, totalizando 72 medalhas (Ferreira et al., 2018).

5 Programa Bolsa Atleta como Fomento e Incentivo Esportivo para Atletas

Atualmente a principal fonte de fomento esportivo público para atletas de alto rendimento é o Programa Bolsa Atleta (PBA), é uma iniciativa do governo brasileiro criado em 2004 visando incentivar a dedicação integral dos atletas ao treinamento e à participação em competições nacionais e internacionais (Ministério do Esporte, 2024). O programa Bolsa Atleta oferece suporte financeiro direto, permitindo que os atletas usem os recursos para cobrir tanto os custos relacionados à preparação física quanto às despesas domésticas. Isso possibilita que os atletas dediquem seu tempo integral ao treinamento e à preparação para competições (Goellner, Araujo & Fernandes, 2013).

A bolsa é dividida por categorias, sendo elas: Base e Estudantil; Nacional; Internacional; Olímpica e Paralímpica; Bolsa pódio. Os valores que são concedidos aos atletas obteve um aumento recente, de acordo com a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (2024), a bolsa teve um reajuste de aproximadamente 10%. Salvo que esse pagamento é realizado por um período de 12 meses, e pode ser renovado a critério do Ministério do Esporte. São inúmeros os fatores relevantes durante todo o processo de construção de uma carreira esportiva de alto rendimento, sendo o incentivo financeiro um dos principais. Tendo em vista a dedicação exclusiva nos treinamentos, a necessidade de materiais adequados, bem como os cuidados com aspectos para além da prática, é fundamental que o atleta tenha tal segurança financeira.

Conclusão

Em muitas práticas esportivas, a discrepância no número de competidores entre homens e mulheres é evidente. Isso frequentemente reflete uma longa história de desigualdade de oportunidades, financiamento e reconhecimento. As mulheres muitas vezes enfrentam barreiras estruturais, como preconceito de gênero, falta de apoio financeiro impactando sua representação e participação nos esportes.

A pesquisa atual revelou uma disparidade significativa na representação de homens e mulheres nos Jogos Paralímpicos ao longo dos seus 64 anos de existência. Durante 24 anos, de 1960 até 1984, as mulheres foram completamente excluídas da competição. Atualmente,

de acordo com os dados apresentados na Figura 1, as mulheres compõem cerca de 31% do total de participantes em todas as edições das Paralimpíadas, enquanto os homens representam aproximadamente 69% das participações. Essa discrepância é um reflexo da inclusão tardia das mulheres atletas no esporte Paralímpico, evidenciando a desigualdade de gênero neste contexto esportivo. Quando se trata de esporte para pessoas com deficiência, essa disparidade representa um duplo desafio para as mulheres.

Quando voltamos para o panorama brasileiro, percebemos que a situação não difere muito do cenário mundial. A primeira participação do Brasil nos Jogos Paralímpicos ocorreu em 1972, 12 anos após o início da competição, e contou apenas com uma delegação de atletas do sexo masculino. Desde então, ao longo de todas as edições disputadas, o Brasil enviou um total de 1.345 atletas para representar o país. Destes, aproximadamente 30% foram mulheres, enquanto os homens representaram os restantes 70% (CPB, 2024).

Portanto, concluímos que o incentivo e fomento por meio de políticas públicas é essencial para o desenvolvimento esportivo das mulheres atletas, tanto visando a qualidade de vida quanto ter condições de materiais adequados para treinamento e viverem somente para o esporte construindo uma carreira sólida.

Referências bibliográficas

Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm > Acesso em: 05 de fevereiro de 2024.

Brasil. Ministério da Educação. *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*. LBI, 6 de julho de 2015.

Benfica, D. T. (2012). Esporte Paralímpico: analisando suas contribuições nas (re) significações do atleta com deficiência.

Bergantin, M. C. (2018). *A participação da mulher no esporte: Uma pesquisa-ação com mulheres do distrito de Florianópolis-PR*. DEF-UEM,

Bourdieu, P. (2002). *A Dominação Masculina*. 2ª ed, Rio de Janeiro: Beltrand Brasil,

Cardoso, V. D.; Haiachi, M. de C.; Reppold Filho, A. R.; Gaya, A. C. A. (2019). Motivos para a continuidade de atletas no esporte paralímpico brasileiro. *Revista Iberoamericana de Psicología del Ejercicio y el Deporte*,14(1): 8-11.

Comitê Paralímpico Brasileiro (2016). Brasil supera marcos históricos nos Jogos Paralímpicos Rio 2016. Disponível em:

<https://cpb.org.br/noticias/brasil-supera-marcos-historicos-nos-jogos-paralimpicos-rio-2016/>.
Acesso em: 05/07/2024.

Comitê Paralímpico Brasileiro. (s.d.). Resultados do Brasil nos Jogos Paralímpicos de Verão. Disponível em: <https://cpb.org.br/competicoes/jogos-paralimpicos-de-verao/resultados-do-brasil/>
Acesso em: 05/07/2024.

Comitê Paralímpico Brasileiro. (s.d.). Medalhistas nos Jogos Paralímpicos de Verão. Disponível em: <https://cpb.org.br/competicoes/jogos-paralimpicos-de-verao/medalhistas/?paralimpiadas%5B%5D=17815¶limpiadas%5B%5D=17816¶limpiadas%5B%5D=17817¶limpiadas%5B%5D=17818¶limpiadas%5B%5D=17819¶limpiadas%5B%5D=17820¶limpiadas%5B%5D=17821¶limpiadas%5B%5D=17822¶limpiadas%5B%5D=17823¶limpiadas%5B%5D=17824¶limpiadas%5B%5D=17825¶limpiadas%5B%5D=35883>
Acesso em: 05/07/2024.

Ferreira, A. de C. D. et al. (2018). Financiamento do esporte paralímpico no Brasil: convênios. *Cadernos de Educação Tecnologia e Sociedade*, v. 11, n. 1, p. 22-36.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas.

Goellner, S. V. (2001). A Educação Física e a construção do corpo da mulher: imagens de feminilidade. *Motrivivência*, n. 16.

Gratton, C.; Jones I. (2010). *Research methods for sports studies*. Routledge.

International Paralympic Committee. *Home page*. Disponível em: <https://www.paralympic.org/>
Acesso em: 05/07/2024.

Maguire, J. Sociologia do esporte. In: Haag, H.; Keskinen, K.; Talbot, M. (Ed.) (2016). *Diretório da ciência desportiva*. 6. ed. Tradução: Ferreira, Eliana Lucia (Coord.). Juiz de Fora: NGIME/UFJF. p. 115-122.

Mendes E. G. (2006). A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, v.11, n.33, p. 387-405.

Moura, Giovanna Xavier de, (2022). *Por que não se importam com elas? O Esporte de mulheres na agenda governamental do Brasil*. Tese (Doutorado em Educação Física) – Centro de Ciências da Saúde. Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

Pereira, A. B. (2019) II-A mulher e o esporte: do desafio da desigualdade ao desacerto com as questões de gênero. *Psicologia social do esporte*, p. 48.

Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. (2024, junho). Governo Federal garante reajuste do Bolsa Atleta após 14 anos de espera. Governo Federal. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/06/governo-federal-garante-reajuste-d>

[o-bolsa-atleta-apos-14-anos-de-espera](#) Acesso em: 05/07/2024.